

LIVRO n.º 18

FOLHAS n.º 55 a 62



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM GOIÁS



PLANO DE TRABALHO

Para implementação da Cooperação Técnica a ser celebrada entre a União, representada pela Superintendência do Patrimônio da União em Goiás (SPU-GO), inscrita no CNPJ sob o n.º 00.489.828/0012-08, integrante da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União do Ministério da Economia, a Agência Goiana de Habitação S/A - AGEHAB e o Município de Corumbá de Goiás-GO, será criado um Comitê Gestor, previsto na Cláusula Sexta do Acordo, com as seguintes definições:

I – Da Finalidade: O Comitê Gestor, previsto no Acordo de Cooperação Técnica, tem por finalidade supervisionar, gerenciar e acompanhar a execução do Acordo entre os partícipes, visando o desenvolvimento de ações conjuntas para a implementação das ações de regularização fundiária e de provisão habitacional na área da União em referência.

II – Das Competências: a - Com o objetivo de contribuir para o alcance do objetivo do Acordo, “formulação e implementação das atividades necessárias ao pleno desenvolvimento dos programas e ações de regularização fundiária e de provisão habitacional em imóveis da União situados no Município de Corumbá de Goiás-GO” (art. 1º do ACT), compete ao Comitê: i) Aprovar Regimento Interno; ii) Deliberar sobre questões relativas ao objeto do Acordo de Cooperação e expedir resoluções; iii) Identificar as áreas que deverão ser objeto de regularização fundiária sustentável no âmbito do acordo de cooperação; iv) Instituir Grupos de Trabalho, indicando a área ou matéria objeto de atuação e nomeando seus integrantes; v) Aprovar o planejamento dos Grupos de Trabalho, bem como seus relatórios e pareceres; vi) Elaborar Planos de Ação, com base nos relatórios e pareceres dos Grupos de Trabalho e em deliberações do próprio Comitê Gestor, estabelecendo prioridades, metas e prazos; vii) Realizar consultas públicas, sempre que julgar conveniente e oportuno; viii) Pactuar e avaliar procedimentos que permitam alcançar as finalidades e o objeto da cooperação com segurança e com a rapidez desejada e requerida; ix) Apresentar aos partícipes relatórios periódicos de acompanhamento de suas ações e dos Planos de Ações; x) Recorrer a outras instâncias, quando as providências necessárias estiverem além da sua competência.

III – Da Composição: a - O Comitê Gestor será integrado por membros efetivos e respectivos suplentes, com composição paritária entre a SPU-GO, a AGEHAB e o Município; b - Será coordenado, individual e alternadamente, pelo Superintendente da SPU-GO e pelo Presidente da AGEHAB, e respectivos substitutos formais, por períodos sucessivos de 06 (seis) meses, com as seguintes competências: i) Representar o Comitê Gestor nos atos que se fizerem necessários; ii) Preparar e convocar as reuniões, ordinárias e extraordinárias; iii) Definir as pautas das reuniões, ouvidos os demais membros; iv) Coordenar as reuniões do Comitê Gestor; v) Assinar as resoluções do Comitê Gestor; vi) Promover a publicação das resoluções do Comitê Gestor, quando necessário; vii) Coordenar e acompanhar a implementação das deliberações e diretrizes fixadas pelo Comitê Gestor; viii) Supervisionar as atividades dos Grupos de Trabalho; ix) Elaborar o relatório periódico previsto no Acordo de Cooperação.

IV – Dos Grupos de Trabalho: a) Para estudo e análise das áreas e de matérias específicas ligadas ao objeto do Acordo de Cooperação, bem como para a construção de estratégias, serão formados Grupos de Trabalho (GT) bipartites ou tripartites, conforme necessidades e temáticas a serem abordadas, formados por representantes indicados pela União (SPU-GO), pela AGEHAB e pelo Município, sempre com representação paritária entre os integrantes. b) Os GTs serão instituídos por resolução do Comitê Gestor, que indicará a área ou matéria objeto dos estudos e atuação e nomeará seus integrantes, que não necessariamente compõem o Comitê Gestor. c) O planejamento dos GTs, contendo os métodos de trabalho, a indicação do relator e do coordenador, o tempo de atuação e o prazo para conclusão das atividades serão sugeridos pelos integrantes do grupo de trabalho, sujeitos à aprovação do Comitê Gestor. d) Os GTs encaminharão o resultado de seus estudos e análises ao Comitê Gestor, por intermédio de relatórios e pareceres, com caráter consultivo.

V – Das Principais Ações a Serem Realizadas: A execução do presente Plano de Trabalho tem início previsto a partir da data de assinatura do Acordo de Cooperação Técnica ao qual está referenciado e término no prazo de 30 (trinta) meses de vigência do Acordo firmado. As principais ações planejadas nesse Plano de Trabalho para realização na esteira do Acordo, estão relacionadas na “Tabela 01 – Cronograma Propositivo de Implementação do Projeto de Provisão Habitacional e Regularização Fundiária”.

Tabela 01 – Cronograma Propositivo de Implementação do Projeto de Provisão Habitacional e Regularização Fundiária.

O Que	Por que	Onde	Quando	Quem	Como
analisar, resguardar e aprovar a plena conformidade jurídica dos termos do acordo de cooperação técnica para assistência técnica na modelagem e implementação de projetos de provisão	assegurar que a minuta de Acordo de Cooperação Técnica atende integralmente ao marco legal-normativo de provisão habitacional de interesse social e regularização fundiária em áreas de propriedade da União	em escritório / gabinete	jul/20	CJU/AGU-GO; AGEHAB; SPU-GO	submissão da minuta de acordo de cooperação técnica a avaliação e promoção dos ajustes necessários

28/08/2020

SEI/ME - 9764581 - Plano de Trabalho

habitacional e regularização fundiária em área da União					
celebrar acordo de cooperação técnica (e.g.: cooperação técnica abrangente, sem transferência de recursos financeiros), para assistência técnica na modelagem e implementação de projetos de provisão habitacional e regularização fundiária em área da União	a SPU-GO necessita <i>expertise</i> e recursos que excedem suas competências, atribuições e capacidades institucionais; isto a fim de assegurar que o imóvel da União seja utilizado de maneira racional e em conformidade com suas vocação e função socioambiental	em escritório / gabinete	set/20	AGEHAB; SPU-GO; Município de Corumbá de Goiás/GO	lavratura do contrato em livro próprio da SPU-GO e assinatura pelas partes
identificar as áreas remanescentes disponíveis dentro do perímetro do imóvel da União em referência, registrado sob a Matrícula nº 7.196 do Registro de Imóveis da Comarca de Corumbá de Goiás-GO	conhecer se ainda existem áreas disponíveis dentro do perímetro do imóvel da União com viabilidade socioeconômica para desenvolvimento de novo projeto de provisão habitacional de interesse social	no local do imóvel da União	set/20	AGEHAB	visita técnica e relatório correspondente
avaliar previamente o potencial de aproveitamento das áreas disponíveis para revisão do projeto urbanístico e implantação de novo projeto de provisão habitacional de interesse social	conhecer, analisar e manifestar formalmente se eventuais áreas disponíveis são viáveis para implantação de novo empreendimento capaz de alavancar a resolução da situação atual	em escritório / gabinete	set/20	AGEHAB	visita técnica e relatório correspondente
verificar formalmente a disponibilidade de recursos nas linhas de crédito disponibilizadas pelo Agente Financeiro, bem como a compatibilidade da linha de crédito com a modelagem do projeto	certificação formal de que existe linha de crédito adequada ao perfil socioeconômico proposto para o empreendimento, que há disponibilidade de recurso, e que a mesma é compatível com o modelo de abordagem proposto	em escritório / gabinete	set/20	AGEHAB; SPU-GO	ofício
elaborar e aprovar Termo de Referência para realização de chamamento público (formalmente autorizado nos termos da Lei) para novo empreendimento em áreas remanescentes disponíveis dentro do perímetro do imóvel da União em referência	necessário que o novo empreendimento de provisão habitacional seja especificado de modo preciso e suficiente à consecução do projeto em si e que gere externalidade positiva que subsidie e/ou auxilie nas ações de regularização fundiária e de urbanização no perímetro do imóvel da União	em escritório / gabinete	set/20	AGEHAB; SPU-GO	termo de referência
elaborar minutas de ato autorizativo para declaração de interesse do serviço público para implantação dos projetos de PH & RF e de ato autorizativo de realização de chamamento público (formalmente autorizado nos termos da Lei) por parte da AGEHAB (e outros atos eventualmente necessários)	assegurar que a minuta de Acordo de Cooperação Técnica atende integralmente ao marco legal-normativo incidente, bem assim aos seus próprios objetivos e finalidade estabelecidos	em escritório / gabinete	set/20	SPU-GO	notas técnicas, minuta de atos e outros documentos administrativos

PA-e-2019.01031.001144-42 Documento Publicado Digitalmente na Agência Gotiana de Habitação S/A em 29/10/2021 10:08:52:15. Validação pelo ID: 551865

28/08/2020

SEI/ME - 9764581 - Plano de Trabalho

analisar conformidade jurídica das minutas dos atos de declaração de interesse do serviço público para implantação de projeto de PH&RF e de ato autorizativo de realização de chamamento público (formalmente autorizado nos termos da Lei) por parte da AGEHAB (e outros atos necessários)	assegurar que os atos atendem integralmente ao marco legal-normativo incidente	em escritório /set/20 gabinete		CJU/AGU-GO	nota e/ou parecer jurídico
publicar o ato de declaração de interesse do serviço público para implantação de projeto de PH&RF e ato autorizativo de realização de chamamento público (formalmente autorizado nos termos da Lei) por parceiro (e outros atos necessários)	necessário respaldar a realização de chamamento público por parceiros	em escritório /set/20 gabinete		SPU-GO; SCGPU-ME	ajustes e edição / publicação de atos e outros documentos administrativos
realizar chamamento público (formalmente autorizado nos termos da Lei), selecionar construtora e encaminhar ao agente financeiro	necessário selecionar parceiro privado interessado e com capacidade reconhecida/comprovada de execução integral do novo empreendimento	verificar meio apropriado de realização	set-out/20	AGEHAB	chamamento público
realizar levantamento topográfico cadastral de todo o perímetro do imóvel da União	necessário obter dados precisos e suficientemente detalhados e atualizados quanto a ocupação físico ocupacional do imóvel da União para realizar os ajustes ao projeto original e também embasar o novo empreendimento a ser implantado na área remanescente da União	no local do imóvel da União	set-out/20	AGEHAB	levantamento topográfico cadastral realizado
disponibilizar à União, sem ônus, os dados do levantamento do perímetro do imóvel da União em referência	necessária homologação pela União; requisito à elaboração de novo projeto urbanístico das áreas já ocupadas ou não afetadas ao novo empreendimento, de sorte a viabilizar a regularização fundiária, quando cabível, para utilização do imóvel de maneira racional e alinhada ao interesse público	envio por meio digital e encaminhamento formal em mídia física	set-out/20	"Entidade Organizadora / Construtora"	levantamento topográfico cadastral disponibilizado em arquivos digitais
elaborar novo projeto urbanístico das áreas já ocupadas ou não afetadas ao novo empreendimento (inclusive infraestrutura) contemplando a integração interna e externa ao perímetro do Imóvel da União em referência	requisito à regularização das ocupações pré-existentes no perímetro do imóvel da União que se enquadrem nos critérios legais-normativos e atendam aos princípios de conveniência e oportunidade administrativas, segundo o interesse público	em escritório /set a out/20 gabinete		AGEHAB	projeto urbanístico revisado e reelaborado
submeter novo projeto urbanístico das áreas já	requisito à regularização das ocupações pré-existentes no	em escritório /out a nov/20 gabinete		SPU-GO	ofício documentação

28/08/2020

SEI/ME - 9764581 - Plano de Trabalho

ocupadas ou não afetadas ao novo empreendimento (inclusive infraestrutura) ao Poder Público Municipal, contemplando a integração interna e externa ao Perímetro do Imóvel da União em referência	perímetro do imóvel da União que se enquadrem nos critérios legais-normativos e atendam aos princípios de conveniência e oportunidade administrativas, segundo o interesse público				anexa; projeto urbanístico submetido
elaborar projeto urbanístico completo do novo empreendimento a ser implantado em áreas remanescentes selecionadas (inclusive infraestrutura; integração com o restante do imóvel da União em referência), inclusive sua infraestrutura interna	requisito à regularização das ocupações pré-existentes no perímetro do imóvel da União que se enquadrem nos critérios legais-normativos e atendam aos princípios de conveniência e oportunidade administrativas, segundo o interesse público	em escritório / gabinete	out a nov/20	"Entidade Organizadora / Construtora"	projeto urbanístico elaborado
elaborar projeto executivo (de implantação) com cronograma físico-financeiro e demais exigências do agente financeiro (novo empreendimento)	requisito à implantação de novo empreendimento de Provisão Habitacional de Interesse Social	em escritório / gabinete	nov a dez/20	"Entidade Organizadora / Construtora"	projeto executivo elaborado
submeter projeto urbanístico do novo empreendimento ao Poder Público Municipal e, se necessário, ao agente financeiro	requisito à implantação de novo empreendimento de Provisão Habitacional de Interesse Social	em escritório / gabinete	dez/20	"Entidade Organizadora / Construtora"	projeto urbanístico submetido
Consultar o Ministério Público Estadual e obter anuência aos Projetos em referência (empreendimento novo e regularização fundiária)	requisito à implantação de novo empreendimento de Provisão Habitacional de Interesse Social, bem como à regularização das ocupações prévias que se enquadrem nos critérios legais-normativos	em escritório / gabinete	dez/20	Poder Executivo Municipal de Corumbá de Goiás	anuência obtida
aprovar projetos urbanísticos relativos a todo o perímetro do imóvel da União (áreas ocupadas e novo empreendimento)	requisito à implantação de novo empreendimento de Provisão Habitacional de Interesse Social, bem como à regularização das ocupações que se enquadrem nos critérios legais-normativos	em escritório / gabinete	dez/20	Poder Executivo Municipal de Corumbá de Goiás	projetos urbanísticos aprovados
apresentar projeto urbanístico e documentação e obter licenciamento ambiental relativo às áreas já ocupadas ou não afetadas ao novo empreendimento	requisito à regularização das ocupações prévias que se enquadrem nos critérios legais-normativos	em escritório / gabinete	dez/20	SPU-GO	ofício e documentação anexa; projeto urbanístico e documentação submetidos
apresentar projeto urbanístico e documentação e obter licenciamento ambiental de instalação do novo empreendimento	requisito à implantação de novo empreendimento de Provisão Habitacional de Interesse Social	em escritório / gabinete	dez/20	"Entidade Organizadora / Construtora"; AGEHAB	solicitação apresentada; projeto urbanístico e documentação submetidos
registrar as áreas já ocupadas ou não afetadas ao novo empreendimento (parcelamento,	requisito à regularização das ocupações prévias que se	em escritório / gabinete	jan/21	SPU-GO	ofício e documentação

28/08/2020

SEI/ME - 9764581 - Plano de Trabalho

loteamento, incorporação, enquadrem nos critérios legais-conforme o projeto)	normativos				anexa; solicitação de registro
realizar ou atualizar e disponibilizar o cadastro de famílias ocupantes	assegurar que o imóvel disponibilizado pela União cumpra suas vocação e função socioambiental, e acordo com o marco legal-normativo, com o interesse público e em benefício da sociedade	no local do imóvel da União	out a nov/20	Município; AGEHAB	fichas cadastrais preenchidas; documentação coletada
validar o cadastro de famílias ocupantes	assegurar que o imóvel disponibilizado pela União cumpra suas vocação e função socioambiental, e acordo com o marco legal-normativo, com o interesse público e em benefício da sociedade	em escritório gabinete	dez/20 jan/21	AGEHAB; SPU-GO	cadastro analisado e validado
realizar a titulação das famílias elegíveis para regularização fundiária, conforme perfil socioeconômico aferido e marco legal-normativo incidente	assegurar que o imóvel disponibilizado pela União cumpra suas vocação e função socioambiental, e acordo com o marco legal-normativo, com o interesse público e em benefício da sociedade	em escritório gabinete	mar/21 jun/21	SPU-GO	processos administrativos devidamente instruídos; famílias tituladas
realizar a autuação administrativa e reintegração de posse sobre áreas em que utilização se configure em desacordo com a legislação	assegurar que o imóvel disponibilizado pela União cumpra suas vocação e função socioambiental, e acordo com o marco legal-normativo, com o interesse público e em benefício da sociedade	em escritório gabinete	mai/21 set/21	SPU-GO; PU-GO/AGU	áreas esbulhadas reintegradas
registrar o novo empreendimento (parcelamento, loteamento, incorporação, conforme o projeto)	requisito à implantação de novo empreendimento de Provisão Habitacional de Interesse Social	em escritório gabinete	jan/21	"Entidade Organizadora / Construtora"	documentação apresentada; parcelamento do novo empreendimento realizado
compartilhar obrigatoriamente, em periodicidade a ser definida no Termo de Referência e/ou conforme requisitos do agente financeiro, os dados atualizados de execução físico-financeira da implantação do novo empreendimento	necessário possuir informação atualizada sobre a evolução da implantação do novo empreendimento conforme especificado no Termo de Referência a fim de assegurar sua consecução no prazo pactuado	envio por meio digital e encaminhamento formal em mídia física	fev/21 ao fim da implantação (ou conforme projeto executivo)	"Entidade Organizadora / Construtora"	informação atualizada de execução físico-financeira disponibilizada tempestivamente
monitorar o empreendimento (novo) face ao cronograma físico-financeiro	requisito à liberação de recursos financeiros a fim de assegurar sua aplicação conforme projeto e cronograma aprovados a fim de assegurar sua consecução	em escritório gabinete	fev/21 ao fim da implantação (ou conforme projeto executivo)	AGEHAB; SPU-GO	monitoramento periódico realizado; recursos da etapa liberados
acompanhar o empreendimento (novo) face ao cronograma físico-financeiro	necessário assegurar que o imóvel seja utilizado de maneira racional, em conformidade com	em escritório gabinete	set/20 ao fim da implantação (ou conforme	AGEHAB; SPU-GO	acompanhamento periódico realizado; intervenções

28/08/2020

SEI/ME - 9764581 - Plano de Trabalho

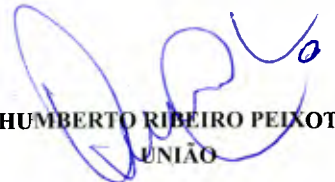
	sua vocação e sua função socioambiental		projeto executivo)		eventualmente necessárias realizadas
apresentar os projetos relativos ao novo empreendimento ao Agente Financeiro com vista a seleção, aprovação, contratação e obtenção dos recursos financeiros necessários à sua implantação	requisito à obtenção de recursos junto ao Agente Financeiro para implantação do novo empreendimento	em escritório / gabinete	nov/20	"Entidade Organizadora / Construtora"	solicitação apresentada; projeto urbanístico e documentação submetidos
realizar a destinação intermediária do imóvel para dar suporte legal a realização das obras que compõem o empreendimento	requisito à liberação do imóvel para início da realização das obras	em escritório / gabinete	nov/20 fev/21	SPU-GO	processos administrativos devidamente instruídos; titulação intermediária realizada
implantar e/ou complementar infraestrutura nas áreas já ocupadas ou não afetadas ao novo empreendimento integrando à "malha urbana" preexistente os projetos de Regularização Fundiária e de Provisão Habitacional de Interesse Social localizados no imóvel da União	requisito à consecução da Provisão Habitacional e da Regularização Fundiária, bem como à utilização racional do imóvel de acordo com sua vocação e função socioambiental	no local do imóvel da União	set/20 ao fim da implantação (ou conforme projeto executivo)	Poder Executivo Municipal de Corumbá Goiás	infraestrutura implantada de concluída
implantar ou concluir implantação de "equipamentos públicos" originalmente previstos ou conforme projeto urbanístico final (Provisão Habitacional e Regularização Fundiária)	requisito à consecução da Provisão Habitacional e da Regularização Fundiária, bem como à utilização racional do imóvel de acordo com sua vocação e função socioambiental	no local do imóvel da União	set/20 ao fim da implantação (ou conforme projeto executivo)	Poder Executivo Municipal de Corumbá Goiás	equipamentos públicos implantados de concluídos
completar a implantação da integração dos sistemas urbanos internos ao imóvel da União aos sistemas urbanos preexistentes	requisito à consecução da Provisão Habitacional e da Regularização Fundiária, bem como à utilização racional do imóvel de acordo com sua vocação e função socioambiental	no local do imóvel da União	set/20 ao fim da implantação (ou conforme projeto executivo)	Poder Executivo Municipal de Corumbá Goiás	integração de realizada
realizar as obras previstas no projeto selecionado de novo empreendimento (habitações e infraestrutura circunscrita)	requisito à consecução da Provisão Habitacional e da Regularização Fundiária, bem como à utilização racional do imóvel de acordo com sua vocação e função socioambiental	no local do imóvel da União	jan/21 ao fim da implantação (ou conforme projeto executivo)	"Entidade Organizadora / Construtora"	obras realizadas / concluídas
submeter o empreendimento ao agente financeiro para aferir e homologar o padrão de qualidade das obras que compõem o empreendimento (novo)	certificação de atendimento ao padrão de qualidade exigido para o tipo de empreendimento e de conformidade aos projetos do empreendimento (encargo contratual)	no local do imóvel da União; escritório gabinete	ao fim da implantação (conforme projeto executivo)	AGEHAB	conformidade aferida empreendimento recebido
acompanhar o recebimento do empreendimento de provisão	verificação do atendimento aos parâmetros estabelecidos no	no local do imóvel da União	ao fim da implantação	AGEHAB; SPU-GO	conformidade aferida

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=11178834&infra...

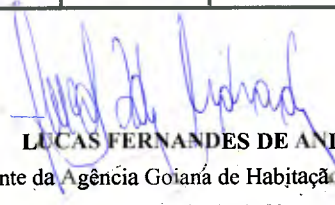
28/08/2020

SEI/ME - 9764581 - Plano de Trabalho

habitacional e aferir /termo de referência, dos homologar o padrão de objetivos do projeto, da qualidade das obras que racionalidade de uso e do compõem o empreendimento cumprimento da função (novo) socioambiental do imóvel		(conforme projeto executivo)		empreendimento recebido
realizar e disponibilizar o cadastro de famílias pleiteantes	assegurar que as famílias municipais com perfil socioeconômico compatível tenham ampla acesso ao cadastro, na forma da lei	no local do imóvel da União; em out e nov/20 escritório gabinete	Município; AGEHAB	cadastro de famílias pleiteantes concluído e disponibilizado
validar o cadastro de famílias pleiteantes	verificar e assegurar que as famílias pleiteantes atendam plenamente aos requisitos legais incidentes	em escritório / gabinete	dez/20 fev/21 a AGEHAB; SPU-GO	cadastro de famílias pleiteantes validado
encaminhar o cadastro e as famílias pleiteantes pré- selecionadas ao agente financeiro	assegurar acesso amplo e seleção compatível com os parâmetros legais	em escritório / gabinete	fev/21 AGEHAB; SPU-GO	cadastro pré- selecionado e encaminhado
realizar a titulação das famílias selecionadas para o novo empreendimento	requisito à concessão das garantias financeiras exigidas, à realização das obras, e à entrega da unidades habitacionais às famílias	em escritório / gabinete	abr e mai/21 ao fim da implantação (conforme projeto executivo)	SPU-GO famílias tituladas
submeter as famílias selecionadas ao agente financeiro para contratar o financiamento, em conformidade com os custos do novo empreendimento	requisito à titulação e à entrega da unidades habitacionais às famílias	em escritório / gabinete	mai e jun/21 ao fim da implantação (conforme projeto executivo)	AGEHAB financiamentos imobiliários contratados
fiscalizar o cumprimento dos objetivos e finalidades dos Projeto de Provisão Habitacional de Interesse Social e de Regularização Fundiária de acordo com o marco legal- normativo	requisito legal-normativo que visa assegurar que o imóvel disponibilizado pela União permanece cumprindo sua função socioambiental	em escritório / gabinete	após a implantação do projeto e titulação da famílias, enquanto persistirem as restrições contratuais sobre o imóvel e conforme legislação	SPU-GO cumprimento de objetivos finalidade fiscalizados



HUMBERTO RIBEIRO PEIXOTO
UNIÃO
SPU/GO




LUCAS FERNANDES DE ANDRADE
Presidente da Agência Goiana de Habitação S/A – AGEHAB
Estado de Goiás



CELIO FLEURY
Prefeito Municipal de Corumbá de Goiás/GO

Testemunhas:


Gedson Barros Guimarães
CPF N° [REDACTED]


Celso Henrique Ribeiro
CPF n.º [REDACTED]

Referência: Processo nº 10154.111660/2019-33.

SEI nº 9764581